

# Anais da Assembléia

Nº 13

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA — REALIZADA  
EM 18 DE MARÇO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Gabriel Manoel.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pedrelli, Eneas Faria, Ernesto Croato, Ezequias Lasso, Fabiano Briga Cortes, Francisco Escoráin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, José Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Terra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Utássio Pereira, Quiêlse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Válder Piatranelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (52). — Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ernesto Dal'Oglio e João Cioni Neto. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA.

Com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos Srs. Deputados:

1) — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº. 67/72, de autoria do Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir a Inspetoria Regional de Ensino do Município de Santo Inácio, para o Município de Colorado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Em discussão.

O SR. DACIO LEONEL — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na Sessão de ontem, dissemos que votaríamos

contra o presente Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo transferir a Inspetoria de Ensino do Município de Santo Inácio, para o Município de Colorado.

Ficamos, nesta 2ª Discussão, de sustentar as razões da posição que tomamos, nesta Casa.

"Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos diante de um Projeto de Lei, que na verdade, não passa de uma medida meramente autorizatória.

Entendo, contudo, que por se tratar de simples autorização, poderia muito bem seu autor ter optado pela criação, pura e simples, de uma Inspetoria no Município de Colorado, sem caracterizar a intenção de retirar a Inspetoria criada em Santo Inácio.

Não é o bastante a alegação de que Colorado seja a sede da Comarca para justificar o Projeto.

Surgindo, nesta Casa, uma proposição de modificação de Colorado com a criação de uma Inspetoria, tal proposição terá meu apoio.

Porém, não encontro nenhuma razão positiva para votar favoravelmente ao presente Projeto de lei que pretende retirar a conquista de um Município, no caso Santo Inácio, para favorecer outro Município, no caso Colorado.

Não encontro, na justificativa do Projeto de Lei, nenhuma base capaz de condicionar-me a votar favoravelmente.

Apenas por se tratar de simples medida, autorizatória não me basta, já que neste caso a decisão irá contrariar os interesses do Município de Santo Inácio.

Como já afirmei, se o objetivo procurado fosse a criação de uma inspetoria em Colorado, nada impediria que votássemos favoravelmente à matéria, mas como ela foi posta à consideração desta Casa, estaremos opinando, contra alguém, estaremos opinando contra o Município de Santo Inácio.

Faço, por isto, a minha declaração de posição: votarei contra o Projeto de Lei por que entendo que o Município de Santo Inácio, pelo trabalho de sua gente, pela bravura de seu povo, não pode merecer tal referendado desta Casa Legislativa."

E fica também fixada a minha posição, em favor de Colorado, desde que não seja para prejudicar um Município vizinho e irmão.

São estas as razões, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, porque verifico que não há realmente uma justificativa convincente para que se pretenda transferir de um para outro Município, a sede de uma Inspetoria Regional de Ensino regularmente criada pelo Governo do Estado, que vou votar contra o Projeto de Lei. Era esta minha preocupação e esta, dentro da discussão da matéria, a minha posição referentemente ao Projeto. — (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto. Não havendo mais quem queira discuti-lo, está em votação.

Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 19, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 67/72.

Levanta-se a Sessão.

# 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA — REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e Lázaro Dumont:

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulim, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Gnoato, Exequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Carvalho, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quiêlse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (52); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ernesto Dal'Oglio e João Cioni Neto (2):

Verificada a existência de número Legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

OSR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## E k EXPEDIENTE:

## OFÍCIOS

Sob o nº 12/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº 267/73 Oriundo de Mensagem Governamental nº 101/73, o qual cria no Quadro Próprio do Corpo Instructivo do Tribunal de Contas do Estado, os Cargos Isolados em Comissão que especifica, que convertido em Lei tomou o nº 6663. — Agradeça-se.

Sob o nº 58/75, do Senhor ANTONIO BORDIGON, comunicando sua investidura à frente do Executivo Municipal de Quatiguá, face ao pedido de licença por 30 dias, do Senhor Antonio Pereira Eduardo. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o nº 005/75, do Senhor VALTER CONCIANI, Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o nº 01/75, do Senhor ANTONIO MASSARELLI Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o nº 01/03/75, do Senhor ANTENOR ZANIN, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas, comunicando haver sido eleita e empos-

sada a nova Mesa daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

## TELEGRAMA

Do Senhor Vereador TOMAZ MARTINS, Presidente da Câmara Municipal de Fênix, comunicando sua posse naquele cargo. Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa após ouvido o Plenário seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FERUTTHIO PREZANDO ocorrido na cidade de União da Vitória.

Pessoa radcada a longos anos em União da Vitória, agricultor e comerciante de grande prestígio, pertencente a tradicional família, deixa o Senhor Prezando, uma lacuna difícil de ser preenchida no rol dos homens, que pelo seu trabalho e dedicação contribuíram para o progresso de União da Vitória.

Requer, outrossim, que se dê ciência do presente Requerimento à sua família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA :

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSE ALVES, membro de tradicional família de Assis Chateaubriand, ocorrido no dia 12 do corrente, quando foi brutalmente assassinado no desempenho de suas funções de profissional do volante, do ponto nº 3 daquela cidade.

Outrossim, requer seja dado ciência da decisão desta Casa à família enlutada na pessoa do Sr. PROPICIO ALVES, progenitor do extinto, à Avenida Tupãssi, em Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) EDILSON ALENCAR

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se inscreva nos Anais da Casa, um voto de congratulações ao Senhor JOÃO GOMES MOREIRA, pela sua eleição para a Presidência do Centro do Comércio de Café, do Norte do Paraná.

Requer, outrossim, seja dado ciência àquele Senhor, bem como se registre a esperança desta Casa, no retorno do dinamismo e do entusiasmo na Administração daquela Entidade.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) OSVALDO MACEDO.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais deste Poder, um voto de congratulações à Associação do Municípios do Paraná, pela eleição de seu ilustre Conselho Deliberativo, e de sua Diretoria presidida pelo senhor BENEDITO PINTO DIAS, Prefeito Municipal de Paranavai devendo o teor do presente, ser dado conhecimento à Associação, na pessoa de seu Presidente.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) IVO THOMAZONI :

MEMBROS ELEITOS PARA O CONSELHO DELIBERATIVO DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS MUNICÍPIOS — BIÊNIO 75/76.

NELSON DE FREITAS BARBOSA - Paranaguá

SIDNEU ANTUNES DE OLIVEIRA - Morretes

JOSE RIBAS - Lapa

ALCEU A. SWAROWSKI - Rio Negro

LAURO LOPES - Castro

AMADEU PUPPI - Ponta Grossa

MARIO CONSELVAN - Cambará

TERNO MARQUARDT - Wenceslau Braz

JAMIL F. MIDAUAR - Bandeirantes

NELSON MIYAMOTO - Cornélio Procopio

JOSE RICHIA - Londrina

WALTER ROSA - Centenário do Sul

FLORINDO PICOLI - Cambira

LUIZ ANTONIO BIANCHI - Apucarana

JOSE HERCILIO KRELING - Nova Esperança

RICIERI RESCHETTI - Astorga

ONESIMO FERRAZ - Loanda

DELIO CANABRAVA - Paraíso do Norte

ARISTOFANES HATUM - Cruzeiro do Oeste

ANTONIO J. RIBEIRO - Tapira

RENATO F. DA SILVA - Campo Mourão

MIGUEL ALVES PEREIRA - Terra Boa

WILSON KUHN - Toledo

NILO DEITOS - Céu Azul

RINALDO PETRECHEN - Pitanga

RANGEL DE SOUZA MUELLER - Laranjeiras do Sul

EDSON SCHRAMM - São Mateus do Sul

LOURIVAL LUIZ FORNAZARI - Irati

ASSIS GABRIEL BANDEIRA - Maracajá

ANTONIO DE PAIVA CANTELMO - Francisco Beltrão

SILAS PIOLI - Rio Branco do Sul

JOSE TADEU SALIBA - Araucária

Presidente - BENEDITO PINTO DIAS

1º Vice-Presidente - ANTONIO DE PAIVA ANTELMO

2º Vice-Presidente - LAURO LOPES

Tesoureiro - SIDNEY ANTUNES OLIVEIRA

Secretário - LOURIVAL LUIZ FORNAZARI

Presidente do Conselho - JOSE TADEU SALIBA

Secretário do Conselho - WILSON KUHN

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando preceitos regimentais, considerando que:

- Aproximadamente 3 milhões e 800 mil hectares de áreas verdes foram destruídas nos últimos dez anos no Paraná;
- Dos 200 mil quilômetros quadrados do Território Paranaense, apenas 21 mil km<sup>2</sup>, possuem florestas naturais, quando à 10 anos atrás, nossa reserva florestal atingia em torno de 65 mil km<sup>2</sup> de área;
- O reflorestamento nos últimos 5 anos atingiu a média anual de 60 mil hectares, enquanto, a devastação de nossas matas alcança 376 mil hectares, aproximadamente, por ano;
- Considerando enfim, que, apesar das informações, dos alertas, das denúncias e ameaças, os crimes contra as matas virgens e contra a fauna do Paraná continuam sendo praticadas;

Requer, após ouvido o Plenário, que esta CASA, dirija-se diretamente à Sua Excelência o Presidente da República, formulando apelo no sentido de sua interferência junto aos órgãos competentes, para que a Autoridade Governamental possa agir com urgência, em socorro da Flora e da Fauna do Paraná. Frisamos a necessidade do apelo ao Presidente Ernesto Geisel, por dois aspectos óbvios:

1º - O Chefe da Nação tem demonstrado, indubitavelmente, seriedade, prudência e notável disposição em aniquilar os problemas crônicos que dilapidam a fisionomia do desenvolvimento e futuro Nacional e, haverá de compreender a amplitude dos crimes que estão sendo cometidos pelos marginais devastadores da Fauna e Flora do Paraná.

2º - Já não é sem tempo que os órgãos da administração pública competentes, tem sido alertados, entretanto, continuam surdos, incapazes e distantes do gravíssimo problema.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) VALTER PIETRANGELO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Exmo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando providências urgentes para o estudo e construção de um acesso pavimentado da PR-11 à cidade de Castro, tendo em vista ser um dos poucos Municípios que não recebeu tal melhoria quando da construção da referida rodovia.

Tal medida de muito tempo vem sendo reclamada pela população daquele progressista Município, especialmente considerando que na época de chuvas os acessos existentes ficam quase que totalmente intransitáveis.

O atendimento de tão justa reivindicação virá sem dúvida alguma beneficiar um dos mais importantes Municípios da região sul.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) DACIO LEONEL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde Pública, solicitando que S. Exa. determine providências urgentes no sentido de serem colocadas à disposição de autoridades sanitárias de Ponta Grossa, vacinas contra a meningite, cuja enfermidade tem atingido a população pontagrossense em proporção alarmante.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, ouvida a Casa, seja encaminhada ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., apelo no sentido de ser instalada uma agência daquele estabelecimento de crédito oficial, no Distrito de NOVO SARANDI, Município de TOLEDO. Esclarecendo-se no expediente a ser encaminhado que o Distrito de Novo Sarandí é um dos mais progressistas daquela região, vivendo um grande desenvolvimento agrícola e comercial, o que obriga os agricultores e comerciantes a se deslocarem a Toledo ou Cascavel para as suas operações bancárias, inclusive depósitos de vultosas importâncias que não podem ficar em seus estabelecimentos pelos riscos e prejuízos comerciais que isso acarreta.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) ALFREDO GULIN

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. JAYME CANET JUNIOR, expediente formulando veemente apelo no sentido de ser instalado na cidade de Ponta Grossa, o INSTITUTO MEDICO LEGAL.

Considerada uma das principais cidades do Estado, Ponta Grossa projeta-se no panorama social, político e econômico do país como uma região de maior destaque.

Assim sendo, a criação do INSTITUTO MEDICO LEGAL na mencionada cidade, viria sanar uma deficiência das mais graves, ou seja, a realização de necropsias junto aos túmulos nos próprios cemitérios, quando uma cidade daquelas proporções, com um crescimento demográfico dos maiores do Paraná, não permite mais tais realizações.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de seus direitos

e na forma regimental, requerem a V. Exa., que ouvida a Casa, seja endereçado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de serem efetuados estudos para a instalação de uma agência desse estabelecimento, em Braga Ney, no Município de Corbélia, tendo em vista a importância daquele patrimônio pela sua população e produtividade.

Ademais cumpre ressaltar, que os benefícios de um estabelecimento de crédito na referida localidade, irá beneficiar sobremodo, também outros patrimônios bem próximos, não menos importantes, como Iguatú, Longuenópolis, Anay e Samália.

Sala das Sessões,, em 18 de março de 1975.

a) LINEU TURRA

a) FIDELCINO TOLENTINO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de seus direitos e na forma regimental, REQUER a V.Exa., que ouvida a Casa, seja endereçado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, no sentido de serem feitos estudos para instalação de Agências nas cidades de Palmeira e São João do Triunfo, tendo em vista a importância hoje das referidas cidades, pelo seu desenvolvimento agro-pecuário, e carentes de um estabelecimento de crédito que dê melhor amparo a esse desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE – Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último domingo, "O Estado do Paraná", trazia em suas páginas uma mensagem pela qual a representação política de Ponta Grossa, na pessoa deste Deputado, saudava o Sr. Governador Dr. Jayme Canet Junior. Partiu essa saudação do Diretório do Movimento Democrático Brasileiro de minha cidade nas pessoas de meus companheiros ainda antes daquele episódio aqui relatado na última sexta-feira. Não há demérito algum nessa saudação de meus companheiros que usaram e sempre usarão nossa representação política, a qual não é nossa mas do povo de minha cidade e da minha região. Meus companheiros houveram por bem usar o nome deste Deputado e para que não paire nenhuma dúvida, no futuro, tenho a dizer que entendo que ao homem público, além das razões particulares, estão as razões de sua cidade e de sua região. Publicamente declaramos que nada há entre a nossa pessoa e a pessoa do Sr. Governador. Com relação ao episódio passado tivemos solicitação da Assessoria do Governo no sentido de que houvesse um esclarecimento a respeito do assunto e afirmamos que, de nossa parte, não dada a esclarecer porque sempre pautamos pela responsabilidade de nossa atuação e pela coerência política de que somos dotados.

Era o que tínhamos a dizer para que nossos companheiros fiquem esclarecidos em torno daquela nota.

O que nos traz a usar da palavra na Tribuna na reunião de hoje é com referência ao Instituto Médico Legal de nossa cidade. Diversos Governos passaram pelo Paraná o último como sendo do Governador Emílio Gomes, filho de Ponta Grossa, e que nada fez em torno da construção do Instituto Médico Legal de minha cidade.

Houve, por parte do Deputado que então representava e hoje continua representando nossa cidade, nobre Deputado David Federmann, interesse, houve entendimentos desse Deputado com o então Governador Emílio Gomes e nada conseguiu S. Exa. no sentido de que nossa cidade fosse dotada de um Instituto Médico Legal.

Hoje, queremos fazer com que aquilo que ocorre na minha cidade,

fosse transcrito a todo o Paraná, as exumações de cadáveres lá realizadas, quando não feitas no leito das ruas, quando não feitas nos passeios públicos, são feitas em cima de túmulos onde estão assim a exigir, e não é admissível, Senhores Deputados, que uma cidade considerada entre a 3ª ou a 2ª cidade do Estado do Paraná não tenha a si a responsabilidade do Governo instituído e não tenha, a nossa Ponta Grossa, um Instituto Médico Legal.

No dia de hoje, estamos entrando nesta Casa com um Pedido ao novo Governador do Estado, para que determine de imediato aquela construção, carente em toda a região dos Campos Gerais.

Também queríamos, neste momento, além de reiterar, pedir através de um Requerimento do nosso companheiro daquela cidade, Deputado David Federmann, que seja estendida ao nosso Município, a vacinação contra a meningite no Paraná, isto já na próxima etapa de vacinação, eis que em Ponta Grossa existem internamentos de crianças atacadas pela meningite e o Deputado que hoje faz este Requerimento tem o total apoio não somente nosso, mas tem o apoio de toda esta Casa e somado o esforço comum afim de trazer o que há de melhor à nossa Região.

Encerrando as nossas palavras, queria também agradecer ao nobre Deputado David Federmann.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador) :

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com a finalidade de desincumbir-me da solicitação feita pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal de minha cidade, e que me faço presente nesta Hora do Pequeno Expediente, da Sessão de hoje, para convidar inicialmente os Senhores Deputados a participarem da III Exposição Feira Agropecuária e Industrial do Norte Pioneiro, que se realizará em Santo Antonio da Platina, entre 19 a 27 de abril do corrente ano de 1975.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Santo Antonio da Platina é sem dúvida alguma a cidade centro da região Norte Pioneiro do Paraná.

A minha cidade iniciou sua Exposição Feira em 1973, coroando-se do mais pleno êxito - a primeira apresentação; em 1974, o afluxo de outras cidades do Paraná e de inúmeras cidades do Estado de São Paulo, o comparecimento de raças, a presença de plantéis extraordinários transformou a região Norte Pioneiro do Paraná, o que deve levar o Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura, a demonstrar claramente o seu interesse pelo desenvolvimento da Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Santo Antonio da Platina.

Face a isto, nesta oportunidade querendo homenagear a administração de Santo Antonio da Platina, pelo fato que corresponde exatamente ao trabalho do Sr. Prefeito Municipal embora pertencendo a outro Partido, nesta oportunidade, apresentamos à Mesa o seguinte Requerimento. (Lê):

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de seus direitos e prerrogativas que lhe são conferidos por lei, REQUER

1 – Seja criada Comissão composta por 4 Senhores Deputados, para representarem a Assembleia Legislativa do Estado na abertura da 3ª Exposição Agropecuária e Industrial do Norte Pioneiro, no dia 19 de abril do corrente ano, na cidade de Santo Antonio da Platina, às 10:00 horas da manhã.

2 – Requer, seja enviado apelo ao Exmo. Senhor Secretário dos Negócios do Estado da Agricultura do Paraná, solicitando providências no sentido de que seja declarado por Sua Excelência, através daquela Secretaria, a Feira Agropecuária e Industrial do Norte Pioneiro, sediada em Santo Antonio da Platina, Feira Regional.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

## JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados. A Exposição Feira de Santo Antonio da Platina, nos anos de 1973 e 1974, teve, sem dúvida alguma, coroado de êxito pleno a sua instalação e funcionamento, visto estar a mesma localizada na cidade centro da região, e acima de tudo fixada na



melhor localização daquele Município; a infra estrutura ali existente, corresponde a luz, água, construções e outros melhoramentos, são sem dúvida propícias; todas as condições existentes na localização da Feira Agropecuária e Industrial do Norte Pioneiro, para ser no mais curto espaço de tempo, uma das melhores feiras do Estado do Paraná, daí o nosso apelo, ao Exmo. Senhor Secretário da Agricultura do Estado, para que se presenteie, Santo Antonio da Platina, a Região Norte Pioneiro do Paraná, a declaração oficial urgente, da regionalização da Exposição Feira de Santo Antonio da Platina.

Termos em que espera a aprovação dos Senhores Deputados ¶

Estando assim apresentado meu Requerimento, gostaria, nesta oportunidade que V. Exa. informasse a este Deputado, tão logo fosse nomeada a Comissão. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador) :

O SR. PRESIDENTE — Tema a palavra o terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTASSIO PEREIRA — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Declinado. Passo ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, inscrito.

(Assume a presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

O SR. NILSO SGUAREZZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O soja, no Paraná e no Brasil começa a ser colhido. Até o momento não tivemos ainda a fixação de um preço mínimo e a especulação começa a fustigar nossos produtores. As notícias se espalham pelos jornais, dando conta de que o produto continua em baixa. Essa evidência de mais uma frustração desta lavoura no Brasil. E, nesse aspecto, no paradoxo em que a lavoura do soja no Brasil continua aumentando de produtividade, só no Paraná teremos uma safra aproximada de três milhões e 500 mil toneladas com acréscimo significativo muitas vezes de 45% contra as duas que foram colhidas no ano passado.

Todos sabem no Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que se medidas urgentes e inadiáveis não forem tomadas, serão imprevisíveis as consequências para a nossa agricultura.

Permitam-me nesta tarde tomar alguns minutos de Vv.Exas, com a responsabilidade do nosso mandato e com o Poder que o povo nos outorgou, trazer à consideração dos Senhores, um modesto estudo que fiz sobre o problema, para apresentá-lo em forma de Requerimento à esta Casa, a fim de que sirva como um modesto subsídio ao Governo, para que se encontre a solução deste problema.

Como disse, as notícias correm pelos jornais.

Em data de 11 de março próximo passado, 'O Estado do Paraná' apresentava o seguinte artigo elaborado por Elza Domakosly: (Lê):

'As empresas responsáveis pela exportação do soja pelo Porto de Paranaguá no ano passado, as sete maiores eram de capital estrangeiro. A Cargil, maior exportadora, enviou para o mercado internacional 114.526 toneladas de soja ao passo que a oitava companhia de capital predominantemente nacional, foi responsável apenas pela exportação de 27.000 toneladas do grão.

Os especuladores existem, estão aí. São principalmente os multinacionais que especulam em nosso mercado. Compram o produto na época da safra a preços baixos, repassam para suas matrizes no exterior e essas se encarregam de elevar os preços e auferir os lucros devidos.

A afirmação é de um membro da Diretoria da Federação da Agricultura do Estado do Paraná que como todos os outros elementos ligados a áreas oficiais ou não, recusam-se a serem identificados quando falam do problema.

Quem tem dinheiro para manter uma complexa estrutura de comercialização internacional, que vai desde hábeis corretores na bolsa de mercadorias até uma corrente de armazéns e um sistema de transportes pode se dar ao trabalho de forçar uma onda baixista no momento que lhes convenha e depois aumentar os preços quando desejarem', disse o mesmo técnico. É isso, segundo a grande maioria dos elementos ligados à comercialização de produtos primários, ou ainda aos técnicos dos órgãos oficiais, que está acontecendo no momento. As multinacionais estão provocando uma baixa artificial nos preços dos produtos primários de exportação brasileiros, e de outros países em vias de desenvolvimento, para comprá-los agora e depois revender na alta.

Segundo dados da bolsa de Chicago, responsável por 50% dos contratos de compra e venda de produtos agrícolas no mercado dos Estados Unidos, desde outubro do ano passado o preço do soja em grão caiu 42%, o trigo 25%, o milho 29%, o óleo de soja 40%

'É uma situação nova, não sabemos até aonde vai chegar', dizem os técnicos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que especulação é feita pelas multinacionais, não se tem dúvida, e os técnicos ligados aos órgãos oficiais, preouam até não se identificarem enquanto falam do problema. É pois necessário que algum Poder constituído desta Nação tenha a coragem de revelar ao Governo, que contará com o apoio do povo, quando este Governo traduzir no papel, as medidas concretas e a intenção que ele tem. Pretendo trazer neste pronunciamento as palavras do próprio Presidente da República que não tem mais dúvida do que significam as multinacionais no mercado. dos nossos produtos agrícolas.

O SR. OSVALDO MACEDO. V.Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, Nilson Sguarezzi, é uma satisfação muito grande vermos V. E. a tratar de problema de tamanha importância para o Paraná. E ficamos mais contentes ainda quando verificamos com que seriedade V. Exa. traz o assunto a Plenário. Acredito que não só esta vez deverá ser tratado o assunto, mas, muitas outras vezes essa matéria deverá ser apreciada. E não somente pela Assembléia Legislativa, mas o Paraná, como um todo, deverá defender o que é seu, o seu direito.

Lembro-me que nas últimas eleições, eu acusei o Governo do Estado do Paraná de ser patrocínio infiel, não defendendo, energicamente a agricultura do Paraná. E vejo que os Governos do Paraná, até agora, não têm se preocupado em defender a nossa economia. Pois, como V. Exa. apresentou uma estatística, verificamos que existem várias empresas importadoras multinacionais que se implantaram com o dinheiro dos paranaenses, em vez de se dar dinheiro para as empresas paranaenses se instalarem.

Era este o aparte que, com muita honra, queria dar ao discurso de V. Exa.

O SR. NILSON SGUAREZZI — Agradeço, ao nobre Colega, o aparte que me ofereceu, porque é a afirmação de que existe gente interessada com o problema. E tanto é verdade que, no Congresso Nacional, se instaurou, agora, uma CPI, composta de 13 membros, com uma verba de 120 mil cruzeiros, e com um prazo de 4 meses, para apurar as atividades das multinacionais.

E a justificativa dessa CPI, diz o seguinte: 'Em setembro de 1973, o general Ernesto Geisel, então candidato à Presidência da República, alertou a Nação para o "o surgimento no cenário, dantes restrito aos Estados-Nações, de novos protagonistas singulares, as grandes empresas multinacionais — cujo potencial para o bem, ou talvez para o mal, ainda não é nos dado avaliar'.

"Tal advertência, ou antes, o terrível dilema nela implícito, já justificaria, não apenas a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas a mobilização de quantos instrumentos de pesquisa, investigação e estudos dispusessem o País no sentido de informar ao Governo no que tange a uma tomada de posição definitiva sobre o problema, pois deve ser profundamente angustiante conduzir a administração pública tendo que contracenar com estes parceiros formidáveis, cujas inclinações éticas foram, 'a priori', . postas em questão.

E a justificativa continua: 'contudo, foi a partir da II Guerra Mundial que o processo se agudizou. Apesar das tentativas de sistematização legal de um princípio de defesa contra o poderio, implícito já na Carta de 1946, em seu artigo 142, as empresas multinacionais conseguiram expandir de forma espetacular os seus negócios, seja graças a sua própria versatilidade, pela manipulação habilidosa do monopólio tecnológico e da capacidade gerencial, seja graças à convivência de alguns ou a indiferença da maioria — tudo aliás, de acordo com a definição de D. H. Robertson: 'As multinacionais são ilhas de poder consciente, num oceano de colaboração inconsciente'.

O SR. EGON PUDELL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). :

Segundo informações que temos, a CACEX liberou dois milhões de toneladas para as Cooperativas brasileiras, distribuídas da seguinte forma: Rio Grande do Sul, 1.016.000 toneladas; Paraná, 680.000; São Paulo, 182.000; Santa Catarina, 86.000; Minas Gerais, 36.000.

Numa programação, num esquema de programação para exportação, em março, 5%; em abril, 10%; em maio, 15%; em junho, 20%; em julho, 20%; em agosto, 15% e em setembro, 15%. E para as multinacionais foi autorizado apenas 10% da capacidade da industrialização.

Esta a informação que temos e, aliás, acredito que o Governo tem se preocupado com o problema do soja para que realmente não aconteça o que aconteceu em 74. Agora, quanto ao preço mínimo, acredito que o preço dado pelo Banco do Brasil é muito baixo. Como bem disse V. Exa., o preço é regulado pela Bolsa de Valores de Chicago e acredito que com esta medida acauteladora o soja brasileiro terá condições de ser exportado a um preço melhor que em 74.

OSR. NILSON SGUAREZZI – Agradeço o aparte de V. Exa., e se V. Exa. tiver o cuidado de assistir ao desenrolar de meu discurso verá que mais adiante tocarei neste aspecto de autorização do Governo para distribuir 2 milhões de toneladas às Cooperativas. E quero dizer que esta medida tem caráter meramente paliativo. O que é necessário é que investiguemos o problema historicamente, cientificamente à luz do que é possível às multinacionais fazerem hoje no mundo em que vivemos, à luz da tecnologia que temos em mãos.

O SR. LUCIO MACHADO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)  
Nobre Deputado, V. Exa. aborda assunto palpitante e que envolve 70% da economia do Paraná. As multinacionais operantes em nosso Estado têm provocado realmente nestes últimos anos o empobrecimento de modo geral, em todas as atividades da agricultura. E nisto parece que está caracterizada a participação não só do Governo no apoio a este quadro ruim para nosso Estado e para o Brasil.

Na minha região, altamente produtora de milho, a colheita do milho tem sido carreada para as multinacionais até a 17 ou 20 cruzeiros a saca, para dois meses depois este mesmo milho ser procurado para compra a 55 e 60 cruzeiros, quando já está nos armazéns das multinacionais. E tudo isto em favor das Companhias internacionais, com a participação do Banco do Brasil, do Banco do Estado e da Caixa Econômica que apuram e fazem com que o lavrador vá efetuar correndo seus pagamentos.

O SR. NILSO SGUAREZZI – Agradeço o aparte que será encaixado para ilustrar meu pronunciamento.

O Sr. Osny Duarte Pereira em sua obra “Multinacionais no Brasil – Aspectos Sociais e Políticos” nos conta uma passagem, que desconhecia e que acho todo o brasileiro consciente e preocupado com a nação deveria ter conhecimento.

“Durante a Primeira Guerra Mundial, Delmiro Gouveia, um nordestino empreendedor, amehalara fortuna no comércio de couros de bode para a exportação. Resolveu ingressar na industrialização. Para isto, construiu açudes e, deslumbrado com o desperdício das cachoeiras de Paulo Afonso, procurou, dentro de suas posses limitadas, aproveitar uma parte e produzir energia para acionar fábricas. Imaginou um parque industrial à margem daquela fabulosa produção de eletricidade proporcionada pelo São Francisco. Construiu a cidade de Pedra, com moradias higiênicas para os operários e uma indústria de linhas, servindo-se do algodão que ele próprio mandara plantar. Instituiu assistência médica e dentária. Foi o primeiro industrial brasileiro a adotar o regime de oito horas de trabalho.

As linhas Pedra ganharam fama por sua qualidade superior ao similar estrangeiro pertencente ao monopólio da Machine Cotton. A prosperidade naquele oásis em meio à miséria que caracteriza as margens do grande rio, deslumbrava a quem tivesse a mente provada de pensamentos de ver um dia o Brasil assim – progressista e confortável para patrões e operários.

Entretanto, para a Machine Cotton, que assistia à redução de seu monopólio e à possível substituição por outro, capaz de oferecer ao mundo um produto melhor e mais barato, a prosperidade de Delmiro Gouveia significava um pesadelo. Também outros industriais viam naquele comportamento de fornecer casas confortáveis, assistência à saúde e regime de oito horas, um perigoso foco de subversão. Dentro em pouco, todos os trabalhadores haveriam de querer o mesmo.

Delmiro Gouveia passou a sofrer campanhas e a ter de enfrentar sabotadores e inimigos. Em 1917 foi assassinado, em condições misteriosas. Em toda a parte, aparecia linha ordinária com a etiqueta de “Pedra”. A Machine Cotton adquiriu os maquinismos, destruiu-os, bem como a usina elétrica, e lançou tudo nas águas do São Francisco. Escritores como Mauro Mota e F. Magalhães Martins, escreveram a biografia desse mártir do capital estrangeiro, que ousar aproveitar-se da Primeira Guerra Mundial, para desalojar um poderoso monopólio britânico”.

Mas, Srs. Deputados, se esse mártir do capital estrangeiro caiu sob

o potencial econômico de um monopólio, outros no Brasil já tombaram para o capital estrangeiro e dentre eles Presidentes da República foram combatidos em suas campanhas quando resolveram atacar de frente o problema. Em Mensagem enviada ao Congresso Nacional em 1951 o então Presidente Getúlio Vargas alertaria a Nação que “por trás dos bastidores da opinião pública logrou o Governo descobrir, aos poucos, e não sem dificuldades, uma trama criminosa que há cinco anos se vem tecendo contra a economia, a riqueza e a independência da Pátria”.

“Ação predatória dessas forças de rapina que não conhecem bandeira nem cultuam outra religião que não seja a do lucro”.

O norte-americano Thomas Skidmore que lançou recentemente no Brasil esta obra “Brasil de Getúlio e Castelo” que fez uma análise dos anos 30 a 64, da vida política do Brasil, destaca um trecho bastante importante e que vem a calhar aqui, no que se refere a Curitiba. Diz ele: “Em dezembro de 1953, Getúlio marcou ainda mais decisivamente sua posição nacionalista. Num discurso pronunciado em Curitiba denunciou as remessas de lucros excessivos feitos pelas firmas estrangeiras e aparentemente atribuiu as dificuldades econômicas do Brasil à má fé dos estrangeiros”.

E continua: Em outro discurso, no dia 31 de janeiro de 1954, Getúlio reiterou o tema nacionalista. As firmas estrangeiras, acusou ele, não apenas estavam fazendo remessas de lucros excessivos, mas também cometendo fraude no faturamento das exportações a fim de acobertar a retirada de lucros ilegais do País”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a análise que me permito fazer e tomar mais alguns instantes dos Srs. para invocar o depoimento de outro Presidente da República, também vítima do capital estrangeiro, Jânio Quadros. Sua obra, recentemente lançada “Os dois mundos das três Américas”, diz em certa altura: “Tornam-se concessionários” de direito ou de fato, açambarcando áreas de atividades das quais expõem os concorrentes indígenas. O fenômeno é idêntico, quer se trate de petróleo, cobre, estanho ou ferro, quer de carnes, lã, trigo, açúcar ou café. Sabendo como sabemos, que as supostas elites latino-americanas, feudais e oligárquicas, não se escandalizam com a corrupção administrativa, sem que isso implique, em generalizar, mas, ao converso negociam com a coisa pública, os privilégios que esses capitais pretendem nem sempre se conformam com os princípios éticos”.

Além desta afirmação, Srs. Deputados, gostaríamos para não ficar no terreno eminentemente político, de afirmações de ex-Chefes de Estado, de políticos, lembrar o recente episódio da renúncia do Ministro Cirne Lima, que não concordou com as multinacionais. Mas quero me ater ao depoimento insuspeito de Gunnar Myrdal, economista sueco, de renome internacional, que visitou o Brasil em 1973, a pedido do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que assim ensina:

“Várias empresas multinacionais podem se organizar para realizar uma política de Dumping contra as empresas nacionais dos países onde atuam, principalmente os em fase de desenvolvimento. E ninguém poderá provar isto, pois os acordos para formação de cartéis só são conhecidos pelas altas gerências dessas empresas, e como dispõem de grande massa de recursos, seus afeitos são muito mais perigosos do que os das multinacionais sozinhas”.

Como disse o jornal “O Estado do Paraná”, que os técnicos não querem se identificar. A verdade é que verdadeiro ninho de cobras contra a economia nacional se organizou na especulação do soja. Pessoas ligadas ao Governo não revelam seus nomes para não serem vítimas do poderio que as multinacionais têm.

O Professor Helmuth Arndt, outro economista soviético que também visitou o Brasil e que realizou pesquisa para o Senado Americano, relatava o ano passado: “Se as empresas nacionais forem destruídas pelo ataque de cartéis de companhias multinacionais, só restará como alternativa para os países subdesenvolvidos e mesmo desenvolvidos, a estatização da economia ou a desnacionalização completa”.

Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as multinacionais representam um perigo para nossas empresas.

O SR. OSWALDO MACEDO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Volto a apartá-lo, justamente para apresentar um detalhe importante neste aspecto que o Deputado está abordando agora, quando assistimos, nos últimos dias, um grande movimento neste País, contra o que se denomina de tendência estatizada do Governo Brasileiro. Mas, o

que é esse movimento na verdade, que defende interesses de empresas multinacionais e não pretende defender interesses de empresas brasileiras, e muito me surpreende que alguém sirva ainda de instrumento para essa defesa neste País, porque já faz tanto tempo que o MDB, seguindo esta linha nacionalista de toda a História do Brasil tem denunciado este fato, ainda mais com relação ao comportamento das empresas multinacionais que o Presidente do nosso Partido, o Deputado Ulisses Guimarães chamou de um capital sem pátria que quer dominar uma pátria sem capital. E é muito bom também que aqui no Paraná, não obstante a nossa impotência diante da matéria, é muito importante que se debata porque se ninguém levantar a voz eles continuarão.

O SR. NILSO SQUAREZZI — Agradeço o aparte de V. Exa., e devo dizer de que não é apenas a voz do MDB que tem se levantado, o próprio Presidente do Senado Federal, Senador Magalhães Pinto tem reiterado a sua posição contrária a essa liberdade de atividades, que foram concedidas às multinacionais.

Mas dizia eu de que as multinacionais estão laborando um verdadeiro cartel para forçar a baixa do soja. Temos exemplo disso, e peço aos Srs. Deputados que me acompanhem no meu raciocínio: sabe-se que a PHILIPS, a OSRAM, a GENERAL ELETRIC, a ELETRIC TÔQUIO, formaram um cartel, no sentido de reduzir a vida útil das lâmpadas, de 5 mil horas, para 1.200 horas. Esprovado cientificamente, e se observarmos a duração, hoje, de uma válvula, de uma pilha ou até mesmo de um automóvel, vamos verificar que, a medida que a tecnologia avança, à medida que a humanidade consegue novos meios no sentido de melhorar e aperfeiçoar os produtos, a durabilidade decresce, porque há mais consumo e mais lucro. É o que disse Getúlio Vargas **NÃO TEM BANDEIRA E NÃO TEM RELIGIÃO, SÓ VIVEM DE LUCRO**. Mas, o Governo brasileiro está realmente interessado com as multinacionais, o próprio Presidente da República que num discurso, referindo-se sobre a nossa agricultura assim dizia; e me permito traduzir aos Senhores. Dizia o General Geisel:

“Os problemas da agricultura e da pecuária são muito complexos, a agricultura entretanto, é um dos setores onde existe maior liberdade de ação e a interferência do Governo, relativa.

Persistem grandes problemas, com a divisão de terras, os adubos, e demais insumos. O mais difícil problema, entretanto, continua a ser a comercialização. Não dispomos ainda de uma estrutura adequada para isso, e os produtores e consumidores, neste contexto geral, são muito sacrificados, pois intermediários são os que auferem maiores lucros”.

Realmente, é concienzosa a análise do Chefe do Governo quando se refere à nossa agricultura, mas, o próprio General Geisel que esteve à testa da Petrobrás, uma empresa que hoje, com a crise internacional do petróleo vem sendo assediada e torpedeada por todas as grandes multinacionais do mundo, adquiriu experiências fabulosas, para saber reconhecer o que representam elas para a Nação, e num discurso proferido ante um Ministério brasileiro no dia 19 de março do ano passado - por feliz coincidência há 1 ano atrás - dizia Geisel:

“As participações das empresas multinacionais têm sido guiadas por muitas regras não escritas e por criaturas nem sempre explícitas. Já adquirimos suficiente experiência para que agora explicitemos as regras do jogo de modo a assegurar a igualação das oportunidades e se preocupou o Presidente em dizer que devíamos explicitar as regras do jogo porque na Convenção Nacional da Arena, quando este mesmo homem foi candidato em outubro de 73, seis meses antes afirmava ele timidamente então, porque ainda não tinha o mando da Nação na mão. Mandou e rearticulou críticas para novo sistema multipolar de equilíbrio de forças e em fase de surgimento no cenário mundial de novos protagonistas singulares, as grandes multinacionais, cujo potencial talvez para o bem ou talvez para o mal ainda não nos é dado avaliar. Acredito que bastou pouco tempo de Governo para que o Presidente afirmasse à Nação que é preciso explicitar o jogo, que é preciso escrever estas regras não escritas que permitam a uma multinacional como a Sanbra, parar o seu potencial de industrialização que é de 600 mil toneladas a exportar todo em granel para o exterior. Luddibriar até o próprio Governo brasileiro, fazendo repasses por preços vantajosíssimos para sonegar até o Imposto de Renda. E Srs. a oportunidade que todo o brasileiro consegue e que tenha uma oportunidade de chamar a atenção e a consciência do povo brasileiro para o momento em que vivemos. E quero entrar no problema específico do soja, agora. Para responder o aparte do nobre Deputado, o nobre colega que levantou o

problema da medida que o Governo brasileiro vem tomando e para isso farei um relato então do que tem acontecido com a nossa coleta do soja. Diz Osni Pereira Duarte, em sua obra das multinacionais:

“Para o leitor acompanhar melhor a trama tomamos o exemplo do soja. Propagou-se repentinamente que o Brasil dispõe de terras próprias para esta leguminosa de alto valor protéico. Imediatamente as multinacionais que controlam o mercado ainda realizaram ampla difusão das vantagens em plantar soja. Divulgaram-se os altos lucros obtidos pelos pioneiros quando o movimento se encontrava desencadeado entre outras empresas, a Sanbra e a Anderson Calyton, estes, a exemplo do que realizaram no Nordeste, relativo ao algodão, montaram na região produtora, grades, armazéns, prensas e rede de compradores, forneceram dinheiro aos que precisavam para pagar salários, venderam sementes, adubos, folhetos, etc. Para instalar o dispositivo promoveram um leilão entre as prefeituras dos diferentes municípios e custearam armazéns, silos e prensas, oferecendo ainda maiores vantagens. Tarifas, isenções fiscais, etc, e como sempre, divulgando informações que o preço da bolsa de Chicago caíra de 9 dólares por buchel em 1973 para 5 dólares e 74 e prenunciavam maiores quedas cujas notícias eram ainda mais pessimistas. Ninguém deveria exportar mais de 50 cruzeiros por saca. A tática era simples. “O Estado de São Paulo” publicava um memorial de produtores do soja do Paraná, o Governo Emilio Gomes, em que relatavam suas grandes desditas afirmavam o problema dos produtores é a segurança abalada pelos poderosos grupos econômicos que dirigiam a comercialização reduzindo o sucesso dos produtores quando não o anulando. Como consequência dessas pressões, previamente estudadas, organizaram e baseados no conhecimento dos compromissos a serem cumpridos no final de cada safra, os produtores especialmente de pequenas posses, são muitas vezes obrigados a ceder parte do seu produto, quando não todo ele, a preço que mal paga o seu custo médio e não deixam sobra a ninguém.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria, dentro desta leitura que foi feita anteriormente, de relatar um almoço que tivemos com o Consul em São Paulo, que esteve em Curitiba, a resposta que tivemos naquela oportunidade, quando em companhia de mais alguns membros desta Casa, coincide com o que V. Exa. está dizendo, da Tribuna, neste momento.

Parece-me, Sr. Deputado, que a gravidade e os lucros imensos não estão apenas no soja, naquela oportunidade dizia o Consul americano, de que o Brasil tinha sido na América Latina, o País que mais financiamento recebeu após 64. Eu respondi: Financiamento que não interessa, porque financiamento dado para desenvolver uma agricultura do qual o povo brasileiro não está usufruindo nada, financiamento para fazer destocas, eu dizia na presença de alguns colegas desta Casa, financiamento para comprar tratores de esteira, para destoca, Caterpillar, Fiat e outras tantas marcas de trustes internacionais. Financiamento que se obtém na rede bancária brasileira como repasse do BID e Banco Mundial para se comprar insumos e sementes da Cargil, para se comprar adubos de outras tantas firmas como a Manáh e tantas outras firmas estrangeiras.

Ferguntei naquela oportunidade ao povo, os Senhores nos emprestam dinheiro? ou os Srs. obrigam o trabalhador brasileiro a plantar soja para terem mais lucro. Os Senhores deram ao Brasil, para a Volkswagen montar como está montando uma grande empresa agropecuária no Amazônia e como tantas outras internacionais que estão fazendo naquela região? Os Srs. deram dinheiro para o brasileiro ou deram dinheiro para suas próprias firmas com mão de obra barata brasileira para tirar o suor deste povo, este povo que tem de gritar como V. Exa. está fazendo? Era o aparte.

O SR. NILSO SQUAREZZI — Agradeço o aparte de V. Exa. e se me permite, desejo continuar para poder concluir minha oração.

Mas, se faço uma análise das multinacionais é porque se qualquer um do povo, tomar um jornal e ver a publicação de balanços de uma multinacional, vai constatar por incrível que pareça, que esta empresa não obteve lucros.

Vejam os Srs. a análise que o Semanário “Opinião” fez da SANBRA em 74. Procedeu o levantamento nos balanços dessas multinacionais e verificou então que o lucro correspondeu a 1% do faturamento e a 13% do capital de 180 milhões de cruzeiros.

Ante a inflação ocorrida desta contabilidade, registraram um prejuízo, um fracasso total. Verdadeiro este balanço, estaria falido há muito



tempo, pois isto se repete ano após ano, entretanto a SANBRA vendeu o equivalente a 250 milhões sendo a quinta maior exportadora do nosso comércio exterior...

O SR. MUGGIATI FILHO - V. E. a) permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Nilso Sguarezzi, a influência que as multinacionais exercem sobre a economia de cada um, no Brasil, é facilmente percebida em muitas oportunidades por qualquer um de nós. Por isso entendo que é oportuníssima a presença de V. Exa. nesta Tribuna no momento em que na Capital do Brasil, no Congresso Nacional se cogita de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar até onde vai a existência deste problema.

Oportuna a presença de V. Exa. porque vem refletir, num Estado membro, a mesma preocupação que existe em relação ao Poder Central do país.

Apenas gostaria de dizer a V. Exa. que o comércio internacional sempre existiu, desde que começou a prática do comércio no mundo. Parece-me, pelo que tenho visto e tenho sentido, que comerciante nenhum consegue impor à economia de alguém regras que devem pertencer a este alguém, sem que exista o consentimento por conveniência ou não. A verdade é que o povo brasileiro, o produtor, digo melhor, principalmente o produtor brasileiro tem sobre seus ombros, a responsabilidade que deveria pesar sobre os ombros do nosso Governo, porque se é o Governo que efetua o comércio do soja, do café e de outros produtos agrícolas, a responsabilidade do "lucros e perdas" deveria recair sobre os ombros do Governo e não do produtor como acontece no Brasil.

V. Exa. abordou este problema, e com tanta propriedade que quero pedir que subscrisse seu pronunciamento em nome de nossa Bancada, porque posso sentir que V. Exa. reflete, na Tribuna, o pensamento unânime de nossa Bancada, e sem querer me lastear muito, talvez o pensamento

desta Casa neste problema.

Peço que subscrisse seu pronunciamento, fazendo-o em nome de nossa Bancada.

O SR. NILSO SGUAREZZI - Agradeço ao nobre Líder e ainda mais porque S. Exa. entendeu verdadeiramente o significado de meu pronunciamento, que é intenção de dar a minha visão do problema, de atacar as causas e não os efeitos; de dar ao Governo, apoio popular, para medidas que, tenho certeza, no íntimo, o Senhor Presidente da República, talvez ainda esteja em dúvida, mas já estão sendo elaboradas.

Porque a preocupação não é só do Brasil, mas de todos os países Latino-Americanos.

E, para responder a V. Exa. quando fala em comércio internacional, quero trazer o depoimento do Presidente do Perú, Velasco Alvarado, que, num depoimento corajoso, ainda na última semana, retrata a "Folha de Londrina": "O Perú rejeita, por falso, um desenvolvimento industrial assentado na ação predatória das grandes corporações multinacionais, por ser uma nova modalidade da penetração imperialista".

"Um desenvolvimento industrial sob controle estrangeiro é tão somente um mecanismo de sucção de nosso recurso para favorecer a expansão de economias dominantes.

Portanto, nobre Líder, tem razão V. Exa. em dizer que, no Brasil, o ônus deveria caber ao Governo, vem recaindo aos nossos agricultores. O SR. EGON PUDELL - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, prestei bastante atenção ao pronunciamento de V. Exa., creio que o mesmo sucedeu com todos os Srs. Deputados. Mas, eu particularmente, porque, na minha campanha eleitoral muito falei sobre esse problema. Mas, acredito que todos os Srs. Deputados desta Casa nada têm contra as multinacionais, o que eu quis dizer a V. Exa. é que o Governo brasileiro está, realmente, preocupado com o problema do soja, tanto é que, nesta safra, as multinacionais terão apenas o direito de exportar 10 por cento da capacidade da sua industrialização. E eu iria mais longe. Acredito que o Governo do Estado deveria, assim, como o Governo Federal, tomar uma medida de imediato contra as multinacionais que não deveriam exportar sequer uma tonelada.

O SR. NILSO SGUAREZZI - Parabenizo-me com V. Exa., porque esse também é nosso entendimento.

O SR. EGON PUDELL - Em nossa campanha política, prometíamos, em todo o Oeste do Paraná, que se fôssemos eleitos, geriríamos

juntos aos órgãos competentes no sentido de que os financiamentos para adubos, inseticidas e sementes, fossem prorrogados até o mês de outubro do mesmo ano. E, por feliz coincidência, o Governo já tomou providências para que os financiamentos, já este ano, fossem prorrogados até julho.

Acredito que nós, em conjunto, Deputados do MDB e da ARENA, devemos levar esta questão para frente, porque este é o interesse da Nação brasileira, principalmente dos nossos lavradores.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZZI - Agradeço o aparte de V. Exa., porque, em verdade, não encontraria em nada meu ponto de vista. Vem corroborar a uma opinião que, hoje, externo, porque acredito que, como disse V. Exa. no desenrolar da última campanha, esse foi tema de candidatos da ARENA e do MDB.

Mas, é necessário que se torne público que os Representantes do povo, pretendem dar todo apoio ao Governo, como entende V. Exa. e que desde o momento em que não se permita que as multinacionais não exportem uma só saca, através do dinheiro que não tem cheiro, do dinheiro que não tem religião, do dinheiro que não tem bandeira, corromperão a administração pública e conseguirão com a Samba que tinha uma capacidade de 600 toneladas e exportou mais do que o dobro disso. Através de medidas incisivas - em que o Governo ataque esse verdadeiro monstro, essa hydra de muitas cabeças, como afirma um grande economista brasileiro - o Governo teria condições de realmente defender e proteger a economia nacional.

Porque, nobre Deputado, nas medidas governamentais que se anunciam, posso destacar três principais: 1º liberação para as cooperativas exportarem 2 milhões de toneladas; 2º intenção do Governo de comprar 1 milhão de toneladas; 3º reduzir a exportação a granel das multinacionais de 10 a 15%.

Desde o momento em que se abra uma válvula, desde o momento em que o Legislador preocupado com o problema, permitir uma válvula de escape, todas as medidas serão improficuas. O problema será prejudicado.

Sabemos perfeitamente que as multinacionais têm uma estrutura montada para guardar produtos, sabemos que o pequeno produtor não pode se dar ao luxo de aguardar um preço melhor e as multinacionais acenam até com dinheiro quente e frequente na boca do produtor para comprar por antecipação a safra, fazendo com que nosso agricultor, premido pelas circunstâncias, com empréstimos muitas vezes já vencidos, como acontece na minha região, tenham que entregar esse produto. E cairão nas mãos das multinacionais, que se não exportarem a granel, o farão em forma de azeite, com o que também não podemos concordar.

Portanto, quero dizer a Vv. Exas., que tenham em mente que o Paraná vem crescendo vertiginosamente na produção do soja, e que os seus representantes, esta Casa de Leis, o Poder Executivo, tomem consciência disso, de que é necessário investigar as causas e não os efeitos.

Por isso me permiti tomar o tempo de Vv. Exas., para mostrar a trama de funcionamento das multinacionais, para então saber quais as medidas incisivas que devemos tomar, que o Governo deverá tomar.

O SR. DENI SCHWARTZ - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de me parabenizar também com o Deputado Egon Pudell, pela afirmação que fez em aparte e dizer que comungamos do mesmo pensamento e, vamos mais longe, acreditamos serem as Cooperativas, o movimento cooperativista, a única maneira de nós sairmos e podermos combater as multinacionais.

Gostaria, neste momento, de alertar, porque também comungamos com o que disse o nobre orador. Vamos alertar esta Casa, aos Srs. Deputados, do seguinte: nas entrelinhas das grandes empresas brasileiras já estamos antevendo a grande campanha contra as medidas, contra as multinacionais.

A grande imprensa abriu manchete para discutir o divórcio, tema secundário a nosso ver, mas a Comissão Parlamentar de Inquérito das multinacionais está merecendo apenas pequenas notas. Mas o divórcio consome páginas inteiras.

Veja bem, Sr. Deputado, que nas entrelinhas da grande imprensa, 100 agências do Banco do Brasil para serem instaladas no interior desse País, foram bombardeadas e por isso na nossa região, no Sudoeste, duas agências, contrariando princípios do Banco do Brasil, estão às pressas sendo instaladas, porque grandes Bancos estão atrás da concessão de carta



patente para instalação. Nas entrelinhas dos editoriais da grande imprensa, estamos vendo o problema do fosfato descoberto em Patos de Minas, como problema de segurança nacional. Estamos vendo e anteendo muita gente dizer pela imprensa que não deve cair nas mãos da Vale do Rio Doce, porque isso é estatização. Estamos vendo, Sr. Deputado, o preparo de uma campanha contra isto que, acredito, seja a unanimidade de pensamento desta Casa e do próprio Presidente da República.

Deixo este aparte ao brilhante discurso de V. Exa. dizendo que parece comungamos todos do mesmo sentimento: através das Cooperativas é que poderemos combater esta verdadeira hidra que são as multinacionais. Devemos observar muito bem porque a grande imprensa está se preparando para combatê-las e a outras medidas que deverão vir para salvação deste País.

O SR. NILSO SGUAREZZI — Agradeço o seu aparte que ressaltou a própria preocupação que o Governo Federal tem — deslocou a atenção da Nação para um aspecto secundário. A CPI contra as multinacionais era pretendida há muito tempo. No momento exato em que as multinacionais perceberam que iam ser atacadas de frente deslocaram, através da imprensa, com os meios que possuíam, a atenção do povo para outro problema.

Mas, permita-me analisar nobre Deputado a questão. O Governo está tomando medidas que são: liberar dois milhões de toneladas e o Governo comprar 1 milhão de toneladas, uma soma de três milhões de toneladas. A produção prevista para esta safra em todo o Brasil é da ordem de 10 milhões de toneladas. Restam ainda para as multinacionais sete milhões, exatamente o da safra anterior.

Portanto, devemos pensar em outra medida, numa medida que, realmente, o produtor não fique como bem disse um ex-Ministro da Fazenda do Brasil; que a briga entre as multinacionais e o produtor é como a briga entre pintinhos e elefantes, cada um se vira por si.

Srs. Deputados, na safra passada a Sociedade Rural Brasileira fez um levantamento do prejuízo que o Brasil teve com a safra de soja pela exportação que as multinacionais fizeram.

O Sr. Salvo de Almeida Prado, Presidente da Sociedade Rural Brasileira, disse que o prejuízo do Brasil na última safra foi da ordem de cem milhões de dólares, pela especulação das multinacionais no soja. Se acrescentado a estas cifras o imposto de renda que o Governo perdeu com os subfaturamentos, significa que o assunto não é apenas de especulação mas de segurança nacional, como bem disse o Deputado Deni Schwartz. Cem milhões de dólares foram perdidos além da fraude no imposto de renda.

O Presidente Geisel disse que regras são escritas e critérios são estabelecidos. Estão protegendo, dentro do atual sistema financeiro, as multinacionais que se instalaram no Brasil.

Seria fácil analisar estes cem milhões de dólares correspondente ao imposto de renda que foi perdido e que se esse dinheiro estivesse nas mãos do Governo seria uma riqueza que estaria circulando sem sair da Nação.

Como bem disse o Secretário da Saúde em seu pronunciamento ontem, quando tomou posse, um dos graves problemas é que 7% dos colonos vem para a Capital causando maiores problemas sociais. E gente ociosa que chega à nossa cidade. Se houver mais uma frustração desta safra este número aumentará e então, talvez, nós nos acostumemos a andar pelas ruas e a ver a todo instante nosso semelhante em uma condição humilhante. Nós numa condição social privilegiada tendo que enfrentar este drama e nos sentindo incapazes, resolveria a pergunta eu, instalar albergues? Resolveria pergunto eu, fazer casas do Plano Nacional de Habitação? Se não estancássemos a causa disso tudo, Sr. Presidente, se não tivéssemos a coragem cívica de dizermos ao Presidente da República, "toma a medida que V. Exa. já anunciou, explicita as regras do jogo e diga basta! e determine medidas urgentes e necessárias, impedindo as multinacionais de exportarem o nosso soja".

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que V. Exa. tem apenas dois minutos para concluir a sua oração.

O SR. NILSO SGUAREZZI — Obrigado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero resumir esse meu pronunciamento e submeter à apreciação de Vv. Exas. a quem percebi de que o propósito é comum, que o propósito é unânime, em que o Governo Brasileiro tome uma medida urgente, uma medida inadiável e para isso

elaborei um Requerimento a que submeto à Casa, para que seja enviado à Presidência da República, ao Governador do Estado, dando após a apreciação do Plenário, o entendimento que os representantes do Paraná fazem sobre o problema. E digo-vos que este Requerimento não é tão técnico porque não teremos a condição de fazê-lo, mas mais de sustentação política ao Chefe da Nação, para que se sinta fortalecido e saiba de que é unânimes no povo e nos seus representantes, nos homens responsáveis desta Nação de que a medida corajosa tem que ser tomada.

Exatamente neste momento em que o Governo Central tem tanta força na mão, talvez precise para tomar esta medida, do respaldo popular. E este documento visa sem síntese, traduzir isso ao Presidente da República. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma Regimental e após manifestação do Plenário, requer imediato encaminhamento ao Exmo. Sr. Presidente da República, Governador do Estado do Paraná, o seguinte Requerimento:

Considerando que apesar de já iniciada a safra do soja, ainda não se anunciou o preço mínimo garantido pelo Governo;

Considerando que a baixa existente no mercado internacional — quando existe superdemanda no mundo, evidencia a existência de cartel organizado pelas empresas multinacionais;

Considerando que se não fizer sentir rígida e imediata intervenção governamental, nova frustração haverá no setor, desestimulando o mundo agrícola e acarretando gravíssimos problemas urbanos, pelas levas de migração do meio rural — que buscarão nas cidades a saída para a frustração da lavoura;

Considerando que as Cooperativas e empresas nacionais não podem competir — no regime de livre concorrência, com as grandes empresas multinacionais;

Considerando que a permanência de "regras não escritas e critérios não explícitos" — determinadores de elevados prejuízos para nossas divisas nas últimas safras, e, ainda, o expediente dos repasses ao exterior como meio de sonegação de tributos;

Considerando que a CPI, instalada no Congresso Nacional, só poderá fornecer provas e subsídios no final da corrente safra, requeremos, em nome do povo paranaense, inadiáveis medidas governamentais em que fique consubstanciado:

Primeiro: preço mínimo compatível com os custos de produção. Segundo: Estímulo para o setor, a fim de que a produtividade continue em escala ascendente. Terceiro: Proibição para exportação em granel às empresas multinacionais. Quarto: Compra, pelo Governo de toda a produção nacional e posterior remanejamento, para ser estabelecido critério de industrialização, reservas e exportações, sempre facilitada esta às Cooperativas de Produtores.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) NILSO SGUAREZZI"

Muito obrigado, Sr. Presidente. Encaminho às mãos de V. Exa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 406/68, de autoria do Dep. Roberto Wypych, que autoriza o Poder Executivo criar um Posto Agropecuário com Patrulha Mecanizada e Laboratório de Análises, subordinado à Secretaria de Agricultura, na sede do Município de Subcavel. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 97/73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Londrina, a Fazenda Experimental de Criação da Secretaria da Agricultura, com sede no Município de Ibiaporã. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA.

**APROVADO.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 196/72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial Nice Braga, do Município de São Jorge do Ivaí. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P. e CONTRÁRIO da C.F.

**PROJETO DE LEI Nº 196/72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio Comercial Nice Braga, do Município de São Jorge do Ivaí.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de novembro de 1972.

a) JORGE SATO

**JUSTIFICAÇÃO:**

O Colégio Comercial Nice Braga, de São Jorge do Ivaí, funciona, atualmente com 109 alunos, conjuntamente com a Escola Normal com 60 alunos, e o Curso Científico, com 40 alunos.

Acontece que o referido Colégio licenciará, no corrente ano, 60 alunos e vem sendo mantido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, e dado o número elevado de alunos, não há mais condições de manutenção pela aludida entidade, razão pela qual propomos passar o mesmo à responsabilidade do Estado, o qual tem melhores recursos financeiros e técnicos para atender o seu funcionamento nos moldes desejados.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequentemente aprovação.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 196/72**

Autor: JORGE SATO

**PARECER**

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado JORGE SATO, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Comercial Nice Braga, do Município de São Jorge do Ivaí.

O mencionado Colégio, segundo justificativa do autor da Proposição, conta com elevado número de alunos e não há mais condições de manutenção pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, entidade que o mantém até o presente, razão pela qual propõe passar à responsabilidade do Estado, o qual tem maiores recursos financeiros e técnicos para atender o seu funcionamento.

Não havendo qualquer impedimento, quer sob o aspecto legal ou constitucional que lhe anteponha, opinam pela APROVAÇÃO do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

a) ANTONIO COSTA – Presidente

a) QUIELSE CRISOSTOMO – Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PARECER**

**Ao PROJETO DE LEI Nº 196/72**

1 – O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Jorge Sato, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Comercial Nice Braga, do Município de São Jorge do Ivaí.

2 – Não obstante já haver o projeto merecido parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, não pode ele ser acolhido nesta Comissão de Finanças, por se tratar de estabelecimento particular mantido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

3 – Face ao exposto, opinamos CONTRARIAMENTE ao projeto que ora examinamos nesta oportunidade.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1973.

a) QUIELSE CRISOSTOMO – Presidente

a) GILBERTO CARVALHO – Relator

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

**PROJETO DE LEI Nº 196/72**

Autor: JORGE SATO

**PARECER**

O eminente Deputado Jorge Sato, propõe pelo presente Plano de Lei, autorizar o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial Nice Braga, do Município de São Jorge do Ivaí.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, opinou favoravelmente à tramitação da proposição.

Por parte da Douta Comissão de Finanças, o Projeto em sua devida oportunidade, recebeu parecer contrário.

No âmbito desta Comissão, entendemos, conforme salienta o autor do Projeto e sua justificativa, que o referido Colégio mantido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, em consequência do elevado número de alunos, não tem mais condições de mantê-lo, já que o Estado tem melhores recursos técnicos e financeiros para atender o seu funcionamento.

Destarte, opinamos pela APROVAÇÃO da Proposição.

Sala das Comissões em de abril de 1974.

a) ANTONIO LOPES JUNIOR – Presidente

a) ROSÁRIO PITELLI – Relator

– Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

A este Projeto foram apresentados pareceres favoráveis de duas Comissões e contrário da Comissão de Finanças. Nestas condições a votação será inversa.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram se levantar.

– REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr.

Deputado Edilson Alencar, constante do Expediente, solicitando solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Alves, ocorrido em Assis Chateaubriand. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Domício Scaramella, constante do Sr. Ferutthio Prezendo, ocorrido em União da Vitória. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de serem efetuados estudos para instalação de uma agência do referido estabelecimento, em Braga Ney, no Município de Corbélia. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Municípios, pela eleição de seu ilustre Conselho Deliberativo, e de sua Diretoria, presidida pelo Sr. Benedito Pinto Dias, Prefeito Municipal de Paranavai. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de serem feitos estudos visando a instalação de agências nas cidades de Palmeira e São João do Triunfo. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de ser instalada uma agência daquele estabelecimento de crédito, no Distrito de Novo Sarandi, Município de Toledo. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Lúcio Machado, lido da Tribuna, solicitando seja criada Comissão composta de quatro Srs. Deputados para representarem esta Casa, na abertura da 3ª Exposição Feira Agropecuária e Industrial do Norte Pioneiro, solicitando ainda, regionalização da mesma através da Secretaria de Agricultura. – APROVADO.

A Presidência designa para representar esta Assembléia Legislativa, na referida Comissão, os Srs. Deputados Lúcio Machado, Gabriel Manoel, Aginaldo Pereira Lima e Francisco Escorsin.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo urgentes providências para o estudo e construção de um acesso pavimentado da PR-11, à cidade de Castro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. João Gomes Moreira, pela sua eleição para a Presidência do Centro do Comércio do Café, do norte do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde Pública, no sentido de que se digne determinar providências, visando serem colocadas à disposição das autoridades sanitárias de Ponta Grossa, vacinas contra meningite. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de sua interferência junto aos órgãos competentes, para coibir a devastação das Florestas naturais e da fauna do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Luiz Alberto Oliveira, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de ser delegada competência à Universidade de Londrina, pelo Departamento de Assuntos Universitários, para registro de diplomas. Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

A Ao referido Requerimento foi apresentada Emenda, no seguinte teor: (Lê):  
"Senhor Presidente.

Onde se lê: "...de ser delegada competência à Universidade de Londrina"...,

Modificar para: "DE SEREM DELEGADAS COMPETÊNCIAS AS UNIVERSIDADES DE LONDRINA, MARINGÁ E PONTA GROSSA"...

Sala das Sessões, em 18 de março de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente.

O motivo da nossa apresentação deste Requerimento, foi com a finalidade de poder melhor atender aos Srs. Professores que, ao concluírem o curso na Faculdade, viam-se impedidos de proceder o registro de seus diplomas, porque a nossa Universidade do Paraná, a Reitoria tinha duas ou três pessoas para proceder este registro.

E por isso verificamos um atraso de seis, sete até oito meses, para registrar o diploma, e os professores se viam prejudicados com uma diferença de quase sete cruzeiros em aula.

E vendo a dificuldade, foi que nós apresentamos este Requerimento, no sentido de solicitar a S. Exa. o Sr. Ministro da Educação, que fosse delegado poderes também à Universidade de Londrina para que pudesse assim, facilitar mais o registro desses diplomas. Deixamos de incluir Ponta Grossa e Maringá, para evitar que fosse negado esta delegação de poderes, mas já sabemos que surtiu efeito este nosso pedido. Quero fazer referências também ao pedido do eminente Deputado Enéas Faria, que pediu que fosse colocado mais pessoas na Reitoria da Universidade Federal. Foram contratados esta semana, pessoas com serviço de tarefa, para procederem estes registros, prometendo a Reitoria que dentro em breve, estará solucionado no Paraná, o problema de registro dos Professores, com a colocação de mais pessoal à disposição deste serviço. Por isso, nós votaremos favoráveis ao Requerimento com a Emenda porquanto, nós sabemos que em nada alterará a nossa solicitação. Muito obrigado.

— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento. — APROVADO.

Em votação a Emenda. — APROVADA.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências referente ao preço mínimo do soja. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser instalado na cidade de Ponta Grossa, o Instituto Médico Legal. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

## O R D E M D O D I A:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 117/73.

### COMISSÃO DE FINANÇAS 8ª LEGISLATURA — 1ª LEGISLATIVA ATA DA INSTALAÇÃO

Aos dezessete (17) dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e cinco (1975), na Sala de Reunião das Comissões, após a sessão plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, com o fim especial de proceder a sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental art. 40, pelo Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado e contando com as presenças dos Senhores Deputados Quielse C. Silva, Gilberto Carvalho, Mattos Leão, Gabriel Manoel, Luiz Carlos Zuk e Deni Schwartz. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos e anunciou a eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesma. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos aos Senhores Deputados Quielse C. Silva e Benedito Lúcio Machado, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Deputado Quielse C. Silva, agradece seus nobres Pares pela deferência em presidir tão importante Comissão, prometendo tudo fazer para que a mesma funcione nos moldes do direito e respeito ao Regimento Interno desta Casa de Leis. Na oportunidade indica a funcionária Teresinha Barbosa de Moura e Claro, para exercer a função de Secretaria da mesma. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelos Senhor Presidente, pelos membros presentes e por mi Secretaria.

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — Presidente.

### ATA DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA INSTALAÇÃO

Aos dezoito (18) dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e cinco (1975), na Sala de Reuniões das Comissões, após a sessão plenária, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, com o fim especial de proceder a sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental do art. 40, pelo Sr. Deputado David Federmann, e contando com a presença dos senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Quielse Crisóstomo da Silva, Ernesto Dal'Oglio e José Domingos Scarpelini. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou a eleição para Presidente e Vice-Presidente da referida comissão. Procedido o sufrágio, verificou-se a apuração dos votos aos senhores Deputados Aragão de Mattos Leão e Ernesto Dal'Oglio, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o senhor Deputado Aragão de Mattos Leão agradeceu aos seus nobres pares pela deferência em presidir a Comissão de Saúde Pública, prometendo tudo para que a mesma funcione em obediência ao Regimento Interno desta Casa de Leis. Ficou estabelecido que as reuniões serão condicionadas à existência de matéria. Na oportunidade, foi indicado o funcionário Alceu Alves Passos para exercer a função de Secretário da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo senhor Presidente, pelos Membros presentes e por mim Secretário.

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO a) DAVID FEDERMANN  
Presidente a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

a) ERNESTO DAL'OGLIO a) Secretário - Ilegível  
Vice-Presidente



## DFCP - CONTABILIDADE GERAL - BALANCETE DO MÊS DE MARÇO DE 1975

**ATIVO  
DISPONÍVEL**

Tesouraria	1.956.973,09	1.956.973,09
------------	--------------	--------------

**EXECUÇÃO DA DESPESA**

Venc. e Vantagens Fixas	5.923.304,98	
Desp. Var. com o Pes. Civil	2.709.492,27	
Material de Consumo	88.151,00	
Serviços de Terceiros	703.159,27	
Encargos Diversos	147.430,00	
Despesas de Exerc. Ant.	17.777,00	
Subvenções Sociais	331.078,00	
Inativos	732.115,55	
Pensionistas	293.254,18	
Salário Família	82.104,67	
Equipamentos e Instalações	14.584,00	
Material Permanente	-0-	
Aux. para Obras Públicas	-0-	
Contrib. de Prev. Social	2.419,53	11.044.870,45

**CONTAS PENDENTES**

Despesas Diferidas	-0-	-0-
--------------------	-----	-----

SOMA DO ATIVO .....	13.001.843,54
---------------------	---------------

**PASSIVO****LIBERAÇÃO DA SEC FAZENDA****PESSOAL**

Venc. e Vantagens Fixas	6.050.000,00	
Desp. Var. com o Pes. Civil	2.900.000,00	
Inativos	734.000,00	
Pensionistas	295.000,00	
Salário Família	83.000,00	10.062.000,00

**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO**

Material de Consumo	110.000,00	
Serviços de Terceiros	-0-	
Encargos Diversos	150.000,00	
Desp. de Exerc. Anteriores	50.000,00	
Subvenções Sociais	-0-	
Contrib. de Prev. Social	5.000,00	305.000,00

**CAPITAL**

Equipamentos e Instalações	-0-	
Material Permanente	-0-	
Aux. para Obras Públicas	-0-	10.367.000,00

**CREDORES**

Despesas Empenhadas	107.000,37	
Despesas Processadas	140.229,95	
Folha de Pagamento	710.984,82	
Restituições	12.807,21	
Consignações	-0-	971.022,35

**RESTOS A PAGAR**

Empenhados	350.516,96	
Processados	24.228,32	374.745,28

**CONTAS PENDENTES**

Outras Contas Pendentes	1.289.075,91	1.289.075,91
		2.634.843,54

SOMA DO PASSIVO .....	13.001.843,54
-----------------------	---------------

Palácio "XIX de Dezembro", em 31 de Março de 1975

a) Chefe da Sessão de Cont.

a) Chefe da Div. de Contab.

a) Contador Geral